STJ00079584

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À 1.ª EDIÇÃO – ROBERTO SENISE LISBOA 9

ABREVIATURAS 17

INTRODUÇÃO 19

1. ESCORÇO HISTÓRICO 33
   1.1 Os juros a partir da Idade Média e sua evolução ante o direito canônico 33
   1.2 Os juros e o direito romano 39
   1.3 A evolução da questão dos juros no direito brasileiro 42

2. LINEAMENTOS DOS JUROS 46
   2.1 Conceito 46
   2.2 Finalidades (remuneração do capital e neutralização do risco) 51
   2.3 Natureza jurídica 55
   2.4 Direito comparado 57
      2.4.1 Estados Unidos 57
      2.4.2 Inglaterra 61
      2.4.3 Argentina 62
      2.4.4 França 67
      2.4.5 Espanha 71
      2.4.6 Portugal 74
      2.4.7 Itália 76
      2.4.8 Suíça 77
      2.4.9 Alemanha 79
      2.4.10 Conclusões extraídas do direito estrangeiro 80
         2.4.10.1 Limites das taxas de juros 80
         2.4.10.2 Anatocismo 80
         2.4.10.3 Juros compensatórios e necessidade de pacto expresso 81
         2.4.10.4 Juros moratórios 81

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3. CLASSIFICAÇÃO 83
3.1 A questão metodológica 83
3.2 Proposta de classificação dos juros 84
3.3 Juros quanto à origem 86
3.3.1 Juros legais e a taxa aplicável – taxa Selic e juros de 1% do CTN 86
3.3.1.1 Taxa Selic ou taxa de 1% ao mês do art. 161, § 1.º, do CTN, como taxa legal de juros do art. 406 do Código Civil? 92
3.3.2 Juros convencionais 108
3.3.3 Distinção 108
3.4 Juros quanto ao fundamento 111
3.4.1 Juros compensatórios 111
3.4.1.1 Juros convencionais compensatórios 112
3.4.1.2 Juros legais compensatórios 113
3.4.1.3 Obrigação natural de juros compensatórios 124
3.4.2 Juros moratórios 125
3.4.2.1 Mora 127
3.4.2.2 Juros legais moratórios 136
3.4.2.3 Juros convencionais moratórios 138
3.4.2.4 Início da contagem dos juros moratórios 140
3.4.2.5 Juros moratórios nas obrigações decorrentes de ato ilícito 155
3.4.2.6 Juros moratórios nas obrigações negativas 157
3.4.2.7 Juros moratórios nas dívidas de dinheiro 160
3.4.2.8 Juros moratórios nas obrigações convertidas em perdas e danos Inadimplemento absoluto 167
3.4.2.9 Juros moratórios na mora do credor 168
3.4.2.10 Juros moratórios e mora simultânea 171
3.4.2.11 Juros moratórios nas moras *ex persona* especiais 171
3.4.2.12 Juros moratórios nos títulos de crédito 173
3.4.2.13 Juros moratórios devidos pelo Estado 178
3.4.2.14 Outros casos – Falência, recuperação judicial e administração de portos 185
3.4.2.15 Desnecessidade de pedido expresso de juros moratórios 186

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.4.2.16 Cumulação de juros moratórios com juros compensatórios 187
3.5 Juros quanto à capitalização 193
3.5.1 Juros simples e compostos 193
3.5.1.1 A taxa de juros nominal e efetiva como indicativo de juros capitalizados de forma composta 195
3.5.2 A proibição legal dos juros capitalizados de forma composta inserta no Decreto 22.626/33 196
3.5.2.1 Anatocismo 196
3.5.2.2 O alcance do art. 4.º do Decreto 22.626/33 200
3.5.3 Exceções que possibilitam a aplicação de juros compostos 201
3.5.3.1 Os juros capitalizados de forma composta e as obrigações decorrentes de atos ilícitos 202
3.5.3.2 Os juros capitalizados nos débitos trabalhistas 205
3.5.3.3 Os juros capitalizados de forma composta em normas especiais 205

4. SISTEMAS DE AMORTIZAÇÃO 207
4.1 *Tabela price* 207
4.1.1 Os fundamentos históricos e jurídicos da *tabela price* . 210
4.1.2 A *tabela price* e o anatocismo frente à ciência matemática 220
4.1.3 A ilegalidade da *tabela price* tendo em vista o critério do art. 6.º do Decreto 22.626/33 227
4.1.4 Argumentos a favor da legalidade da *tabela price* 234
4.1.5 Exemplo prático de aplicação ilegal da *tabela price* 240
4.1.6 A *tabela price* diante do Código de Defesa do Consumidor 242
4.2 Sistema de amortização constante (SAC) 250
4.2.1 Legalidade do sistema de amortização constante 251

5. A LIMITAÇÃO DA TAXA DE JUROS 255
5.1 O limite dos juros no direito brasileiro 255
5.2 Os juros convencionais moratórios 258

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5.3 Os juros convencionais compensatórios 259
5.4 Limites decorrentes de leis especiais e conclusões 265

6. OS JUROS E AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS 267
6.1 A liberação das taxas de juros para as instituições financeiras 267
6.1.1 A Constituição Federal de 1988 e a limitação das taxas de juros 277
6.1.2 Tese da competência constitucional exclusiva do Congresso Nacional para legislar sobre matéria financeira 286
6.1.3 Tese da necessidade de demonstração da taxa liberada – Tendência jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça quanto à limitação das taxas de juros 291
6.2 Instituições financeiras e os juros capitalizados de forma composta 293
6.2.1 A Medida Provisória 2.170-36 e a questão da liberação do anatocismo para as instituições financeiras 297
6.3 Cédulas e notas de crédito rural, industrial, comercial e à exportação 306
6.3.1 O limite da taxa de juros nas cédulas e notas de crédito 307
6.3.2 A capitalização de juros nas cédulas e notas de crédito 308
6.3.3 Juros moratórios nas cédulas de crédito 311
6.4 Cédula de Crédito Bancário 311
6.4.1 Características da Cédula de Crédito Bancário 317
6.4.1.1 Garantias 317
6.4.1.2 Penhor de direitos 318
6.4.1.3 Penhor e tradição do bem 318
6.4.1.4 Seguro 319
6.4.1.5 Registro 319
6.4.1.6 Deteriorações 320
6.4.1.7 Cessão 320
6.4.2 A capitalização dos juros na Cédula de Crédito Bancário 322
6.5. Análise do Acórdão no Recurso Especial 1.061.530/RS, julgado nos termos do art. 543-C do CPC, aplicável aos Contratos

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Bancários de mútuo com incidência do Código de Defesa do Consumidor. ... 323

7. SISTEMA FINANCEIRO IMOBILIÁRIO EM RAZÃO DOS JUROS COMPOSTOS ... 339
7.1 Sistema Financeiro Imobiliário – Considerações gerais ... 339
7.1.1 Conceito e natureza jurídica ... 339
7.1.2 Objeto ... 342
7.2 Os juros no Sistema Financeiro Imobiliário ... 343

8. USURA ... 346
8.1 Usura pecuniária e usura real ... 346
8.1.1 A etimologia de "juros onzenários" ... 350
8.2 A usura e as taxas de juros ... 352
8.2.1 Usura real – lesão – em razão das instituições financeiras ... 352
8.2.2 Usura pecuniária ... 355
8.3 Medida Provisória 1.820 – Repressão à usura ... 358
8.3.1 Usura pecuniária ... 358
8.3.2 Usura real (lesão) ... 359
8.3.3 Garantia dissimulada nos negócios usurários ... 361
8.3.4 Inversão do ônus da prova ... 362
8.3.5 Exclusão de incidência da norma ... 362
8.4 A usura e o Código de Defesa do Consumidor ... 363
8.5 Títulos de crédito e usura ... 366
8.6 Vendas a prazo e usura disfarçada no preço ... 367

9. CORREÇÃO MONETÁRIA – DIFERENÇA ESPECÍFICA DE JURO 370
9.1 Conceito ... 370
9.2 Legislação vigente acerca de correção monetária ... 372
9.2.1 Periodicidade de correção monetária ... 372
9.2.2 Vedação da utilização de moeda estrangeira para correção monetária ... 378
9.3 Termo inicial da correção monetária ... 379
9.3.1 Ilícitos contratuais ... 379
9.3.2 Débitos decorrentes de decisão judicial ... 382
9.3.3 Títulos de crédito ... 384
9.3.4 Ato ilícito ... 385

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

9.4 Taxas de juros – Indevida utilização como mecanismo de correção monetária 386
9.4.1 Taxa Referencial de Juros – TR 387
9.4.1.1 Âmbito de abrangência da TR 395
9.4.1.2 Uso da TR nos contratos celebrados no âmbito do SFH após a Lei 8.177/91 398
9.4.2 Comissão de permanência 410
9.4.3 Outros mecanismos que não representam correção monetária 421
9.4.4 O uso indevido de taxa de juro como correção monetária cumulada com taxa de juro 422

10. REFLEXÕES FINAIS SOBRE OS JUROS 424

BIBLIOGRAFIA 447
1. Livros 447
2. Artigos 454
3. Dissertações e teses 458
4. Internet 458
5. Periódicos, textos e compilações 458

APÊNDICE 461
1. Medida Provisória 2.170-36, de 23 de agosto de 2001 461
2. Medida Provisória 2.172-32, de 23 de agosto de 2001 463
3. Medida Provisória 2.183-56, de 24 de agosto de 2001 465
4. Lei 10.931, de 2 de agosto de 2004 (Parcial) 467
5. Súmulas do STJ e do STF 475
6. Emenda Constitucional n. 40, de 29 de maio de 2003 477

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br